

# O *Manifesto* e a refundação do comunismo

JOÃO QUARTIM DE MORAES\*

As expectativas do *Manifesto Comunista* sobre o curso provável da revolução proletária internacional não se confirmaram. É imperativo, para quantos se empenham ou vierem a se empenhar no esforço de refundar o *programa comunista internacional* para o século XXI, não tergiversar sobre esta constatação que nos salta aos olhos e nos inunda os ouvidos. Quem se pretende herdeiro e continuador do combate pela emancipação da humanidade deve evitar reflexos mentais semelhantes aos daqueles cristãos militantes que nos explicam, contra todas as evidências, que a *Bíblia* tinha razão...

Não porque o *Manifesto* não tivesse tido razão e sim porque não é uma bíblia. Em 1848, era plausível a hipótese de que a classe operária dos países europeus avançados tomasse o poder político pela via revolucionária. Tomou-o em 1871, efemeramente embora, na capital da França. Tomou-o e o conservou na Rússia de 1917. No entanto, ainda que confirmando, em larga medida, as expectativas do *Manifesto* sobre a missão histórica do proletariado europeu e a grande esperança de emancipação do trabalho anunciada em 1848, a revolução de outubro 1917 comportava pelo menos dois componentes fortemente heterodoxos: o partido de vanguarda (organização revolucionária “de tipo novo” relativamente à Liga dos Comunistas em cujo nome Marx e Engels tinham redigido o *Manifesto*) e a aliança da classe operária com o imenso campesinato russo, construída no programa e na ação pela lúcida e audaciosa política dos bolchevistas sob a direção do grande Lenin.

A possibilidade de tal aliança, decisiva para o triunfo da revolução (e não apenas na Rússia, já que, vale lembrar, os soldados que esmagaram a Comuna de Paris eram de origem camponesa), sequer é considerada no

\*Professor do Departamento de História, IFCH, Unicamp.

*Manifesto*. Ao contrário, o camponês (der Bauer) é aí apresentado, com os outros estamentos médios (Mittelstände), como “conservadores, mais ainda, reacionários, já que tentam virar para trás a roda da História”. Sabemos que não foi esta a última palavra de Marx e de Engels sobre os camponeses. Mas justamente, as retificações que empreenderam mais tarde foram sempre no sentido de enfatizar a importância da aliança da classe operária com outras forças sociais potencialmente anticapitalistas. Assim, em 1875, criticaram acerbamente, entre outros “absurdos” do programa do partido operário social-democrata alemão adotado no congresso de Gotha, a tese de que “em face da classe dos trabalhadores, todas as outras classes não passam de uma massa reacionária”. Esclarecem que as camadas médias e os camponeses são reacionários na medida em que travam contra a burguesia, para preservar “todas suas posições sociais decorrentes de modos de produção obsoletos”, uma luta condenada ao fracasso porque o avanço da grande indústria (capitalista) é inexorável. Mas podem se tornar revolucionários na medida em que se proletarizam. Vale dizer: deixam de ser reacionários e podem se tornar revolucionários na medida em que deixam de ser camadas médias e camponeses... Ainda não está contemplada, portanto, na *Crítica ao programa de Gotha*, a possibilidade da aliança da classe operária com os camponeses enquanto tais. Ela será reconhecida na carta de 8 de março de 1881 a Vera Zasulich, em que Marx concorda com a tese de que a comuna rural “é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia”.

Não por acaso, a classe operária triunfou na Rússia porque garantiu aos camponeses a paz e a terra, livrando-os da hecatombe nas trincheiras da “Grande Guerra” e da exploração dos grandes agrários. Assim, a formação do primeiro Estado operário simultaneamente confirmou e retificou as perspectivas de uma revolução proletária internacional. Enquanto durou o exaltante influxo da Revolução de Outubro, os dirigentes soviéticos, tanto quanto os do movimento operário revolucionário europeu, interpretaram a “retificação bolchevista” como mero desvio de rota relativamente ao curso da revolução proletária previsto no *Manifesto*, de resto previsto em boa medida pelo Marx de 1881. Continuaram confiantes em que, rompido o *elo mais fraco* do capitalismo, o proletariado logo conquistaria o poder nos países economicamente mais avançados: o grande rio da História voltaria a seu curso normal. Tanto assim que Lenin, em geral comedido e sóbrio em suas previsões, concluiu o discurso de encerramento do Congresso de fundação da Internacional Comunista, em 6 de março 1919, com a solene declaração de que estava próxima a hora da fundação da República Mundial dos Soviéticos. A previsão pode, *ex*

*post*, parecer excessivamente otimista. Mas a descoberta retrospectiva de que aquilo que não ocorreu não poderia mesmo ter ocorrido é marca registrada dos conformistas e dos oportunistas. Em 1919, era objetivamente possível fazer “o mundo mudar de base”. Os dirigentes da Rússia revolucionária e do movimento comunista internacional tiveram pois razão de considerá-la o prelúdio da vitória do proletariado na Europa central e ocidental. Quatro ou cinco anos depois, entretanto, no mesmo momento em que morria o fundador do bolchevismo, a vaga revolucionária do proletariado europeu quebrava-se nas muralhas da reação.

Antes mesmo, porém, do esmagamento das revoluções operárias europeias de 1918-1924, a traição social-democrata ao compromisso solene de lutar contra a guerra e de não permitir que as burguesias dos países beligerantes se servissem de “seus” trabalhadores como budra de canhão, introduzira no movimento operário europeu uma amarga e duradoura ruptura. Desde então, a corrente de fundo do movimento revolucionário deslocou-se para a periferia colonial do sistema capitalista mundial, mudando, por isso mesmo, de forma (guerras revolucionárias) e de conteúdo (libertação nacional). Onde e quando estas revoluções anticoloniais e antiimperialistas aprofundaram-se rumo ao socialismo, estava sempre presente a fórmula da vitória soviética: a *aliança operário-camponesa*. Claro que variaram tanto o peso relativo destas duas grandes forças sociais quanto as formas de organização política e militar do combate revolucionário. Mas o essencial é que, a começar pela longa marcha de libertação da antiquíssima e imensa sociedade chinesa — primeiro grande passo para a emancipação dos povos da Ásia submetidos ao jugo colonial-imperialista — todas as lutas revolucionárias *vitórias* nos três continentes submetidos à agressão colonial e à dominação imperialista articularam-se em torno de uma plataforma de *frente de libertação nacional*. Nenhuma portanto correspondeu à antevisão do processo histórico formulada em 1848 por Marx e Engels.

Porque então, a despeito de não ter sido confirmado pelos fatos, continuamos a considerar aquele texto escrito há cento e cinquenta anos como referência fundante e sempre essencial para o combate contra a ordem do capital? Deixemos ao humanismo liberal a banal redução de sua importância à denúncia brilhante e indignada dos sofrimentos impostos aos operários no início da Revolução Industrial. Sem dúvida, todo grande manifesto político é *também* um texto de propaganda, um apelo à mobilização e ao combate. Porém o de Marx e Engels propagou-se pelo mundo inteiro não apenas pela insuperável força expressiva do que diz,

mas também e principalmente por conter “a exposição geral das condições efetivas de (...) um movimento histórico que se desenvolve sob nossos olhos”. Em torno desta locução adverbial gravita a questão que hoje nos importa: *unter unsern Augen* escreveram em 1848 os dois autores. Se o mesmo movimento histórico continua a se desenvolver sob *nossos* olhos de 1998, se é o próprio desenvolvimento do capitalismo que engendra a necessidade de sua superação, então a mais essencial das teses enunciadas há cento e cinquenta anos permanece válida, ainda que a ruptura revolucionária então anunciada não se tenha verificado, isto é, ainda que o curso da história não tenha confirmado a *expectativa* de que o proletariado rompesse a ordem do capital nos países europeus avançados e instaurasse uma livre associação de produtores, na qual, para utilizarmos uma linguagem que até os liberais entendem, os meios de produção se tornassem patrimônio comum da humanidade.

Por isso, enquanto exposição da lógica objetiva da expansão planetária da burguesia, enquanto primeira formulação da genial descoberta teórica de que o capitalismo é um modo de produção historicamente determinado, cujos limites correspondem à contradição entre o caráter crescentemente social que seu próprio desenvolvimento imprime às forças de produção e o caráter crescentemente privado (concentrado e centralizado) da apropriação dos meios de produção, o programa revolucionário de 1848 continua a constituir o texto fundante do movimento comunista internacional. Entretanto, se hoje falamos em *refundação* é porque, sendo indeterminado o ponto até onde podem ser dilatados os termos daquela contradição e não sendo fatal o sucesso de nenhuma empreitada, o *Manifesto* não evocou a possibilidade de que a revolução operária européia fosse bloqueada por um longo período, não conseguindo portanto libertar a Humanidade da barbárie mercadológica. Não as evocou porque uma convocação ao combate deve enfatizar a perspectiva da vitória em vez de especular sobre a eventualidade da derrota. Entretanto, após um século e meio de grandiosas, mas frustradas, tentativas de superação revolucionária da dominação burguesa, somos obrigados a encarar uma situação histórica em que o capitalismo, imitando à sua maneira a legendária ave Fênix, renasceu de suas próprias fezes, e, reconfortado pelos tropeços da difícil construção do socialismo, faz pairar a perspectiva, catastrófica para a humanidade, de um novo ciclo de horrores semelhante aos imensos cortejos de atrocidades que provocou no terrível século XX: duas guerras mundiais, uso da arma atômica, risco permanente de catástrofe nuclear, tempestades de aço, chumbo e *napalm* na periferia colonial, etc.

Em face deste horizonte sombrio, o *Manifesto* continua iluminando, com a limpidez de toda grande descoberta teórica, a luta contra a barbárie globalizada. Se não nos é dado, em 1998, reafirmar com igual otimismo as perspectivas anunciadas em 1848, sabemos, mais do que nunca, que não há alternativa ao socialismo, salvo a barbárie imperial-capitalista que os milionários, os reacionários, os tolos e os arrivistas comemoram como o “fim da História”. Se examinamos retrospectivamente o processo histórico que separa aquelas duas datas, tempo histórico em que, segundo as expectativas de Marx e Engels, a classe operária dos países mais adiantados da Europa deveria ter operado a passagem revolucionária ao socialismo, constatamos o terrível custo que a longa sobrevivência do capitalismo impôs e continua impondo à humanidade. Mas é nas horas difíceis que conhecemos nossos amigos. Os amigos do *Manifesto* são os amigos do gênero humano.

MORAES, João Quartim de. O Manifesto e a refundação do comunismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.126-130.

***Palavras-chave:*** Manifesto Comunista; Comunismo; Fim da história.